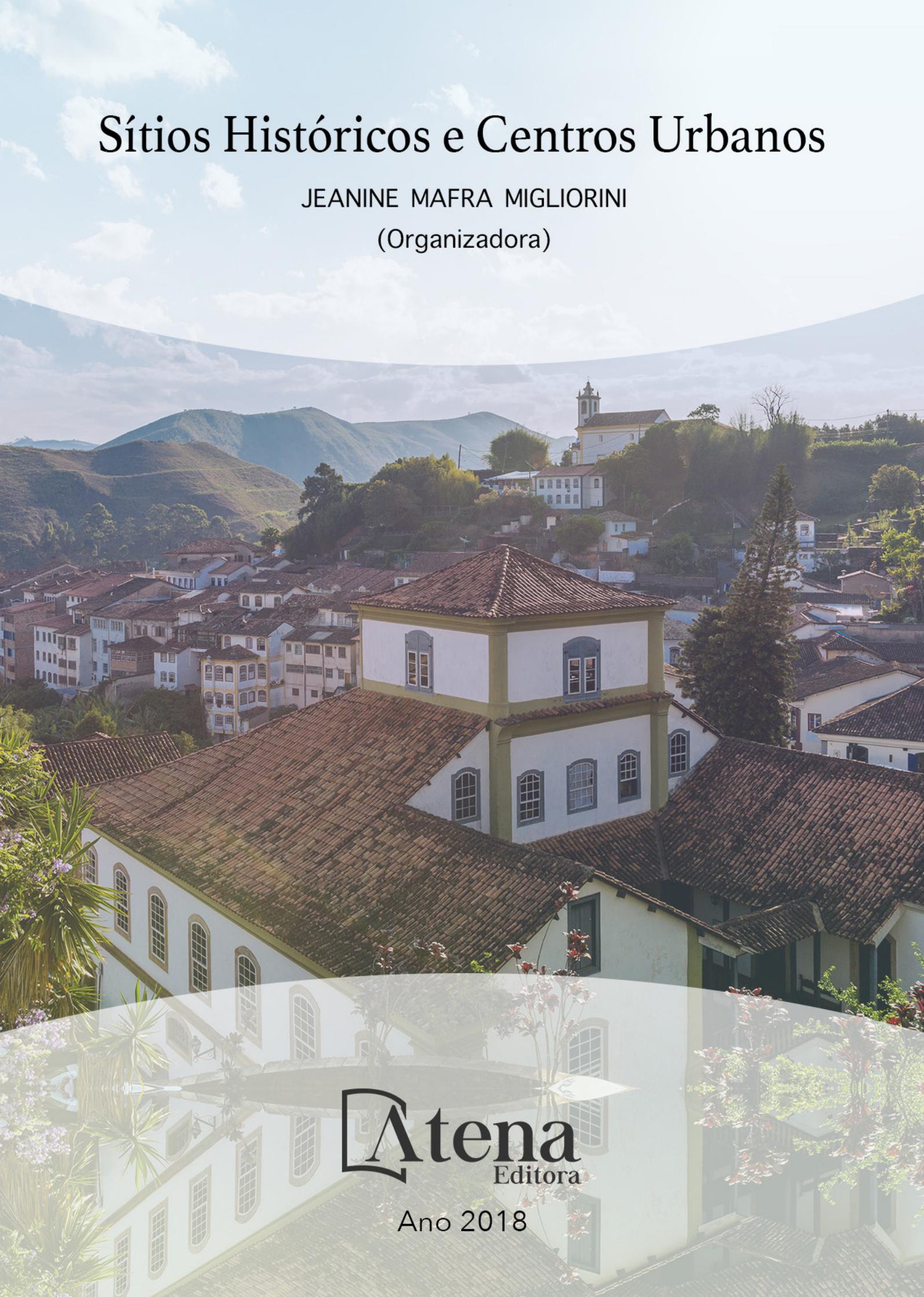


Sítios Históricos e Centros Urbanos

JEANINE MAFRA MIGLIORINI

(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)

Sítios Históricos e Centros Urbanos

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
S623	Sítios históricos e centros urbanos [recurso eletrônico] / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-85-85107-38-3 DOI 10.22533/at.ed.383182609 1. Arquitetura – Conservação e restauração. 2. Patrimônio cultural – Proteção. I. Migliorini, Jeanine Mafra. II. Título. CDD 720.288
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Patrimônio pode ser entendido como algo de valor, que merece cuidado e exige atenção para que se mantenha. Esta definição deve ser aplicável ao patrimônio econômico e ao cultural. Então por que é tão difícil a compreensão da necessidade do cuidado com o patrimônio cultural? O patrimônio cultural possui um valor intangível, e por isso é tão difícil mensurar sua importância. É necessário fazer perceber que valorizar o patrimônio cultural é respeitar nosso ser social, no contexto e entorno.

Entretanto a discussão sobre o patrimônio é abrangente e delicada, uma vez que muitas vezes interfere em bens particulares, que possuem valor para a sociedade, essa é uma das grandes polêmicas que envolvem este assunto. Isto nos leva a mais um questionamento: o que deve ser preservado? Esta é uma resposta que cabe aos especialistas, que analisam um contexto, deixando de lado interesses pessoais, uma vez que deve prevalecer o interesse comunitário. Estes pareceres são técnicos, e não poderiam ser alterados por poderes políticos: eis aqui mais uma questão delicada referente ao patrimônio.

Em meio à tantas contendas devemos refletir sobre a necessidade de interferência do poder público, para a conservação de nossa história, de nossos bens materiais e imateriais, culturais e naturais. Não deveria ser intrínseco ao ser humano a necessidade de cultivar nossa história, nossos bens comuns? Lanço mais um questionamento: o poder público, responsável pela árdua tarefa de classificar, atender, vigiar e punir, se necessário, o descaso com nosso patrimônio, realmente está cumprindo seu papel? Ainda: tem interesse em cumprir esse papel?

A cultura é inerente ao ser humano, e sua importância deveria ser inquestionável, mas o que vemos atualmente é um grande descaso, gerando graves consequências para cada um de nós e para todos nós. Estes são alguns dos pontos que justificam a necessidade crescente de discutir, estudar, analisar e cuidar dos nossos tão preciosos patrimônios. Como isso é possível? Enumero algumas ações possíveis discutidas neste livro.

Incentivar a restauração de bens em estado de degradação, esta feita por profissionais qualificados, que podem conduzir o processo com competência e qualidade, e para isso existem leis, uma vez conhecidas podem ser cobradas por todos. Por isso o conhecimento sobre o patrimônio, sobre sua importância é tão fundamental.

Outra ação possível, que vai ao encontro desta, é a criação de rotas patrimoniais, para que chegue até o público o conhecimento, a vivência, a experiência. As temáticas para desenvolver este trabalho são vastas, basta interesse. O que nos leva à mais uma ação: a gestão patrimonial, quer seja pública ou privada. Deve ser exercida para uma manutenção apropriada dos bens. Para que isso ocorra é necessário que se criem ou se exerçam políticas patrimoniais. Através delas pode, ou não, ser incentivado o cuidado, a valorização e até mesmo a percepção acerca do patrimônio, por parte da população.

Em meio a tudo isso o tema que acredito ser a base para que todo este cenário ocorra: a educação patrimonial, que dá subsídios para que as outras ações ocorram, é o conhecimento que permite a apropriação, o desenvolvimento do sentimento de pertença, e conseqüente valorização do patrimônio.

É um caminho de muitas pedras, mas que deve ser iniciado com determinação, por aqueles que são os disseminadores dessas ações. Este livro é um desses passos de reconhecimento desta caminhada.

Boa leitura e engaje-se nesta luta!

Prof.^a Jeanine Mafra Migliorini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO MOTIVADORA DO AUTO RECONHECIMENTO HISTÓRICO DO INDIVÍDUO SOCIAL CACERENSE	
<i>Thais Lara Pinto de Arruda</i> <i>Rafael Leandro Rodrigues dos Santos</i> <i>Veruska Pobikrowska Tardivo</i>	
CAPÍTULO 2	16
OLHARES SOBRE O BAIRRO LAGOINHA: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, IMAGENS COTIDIANO E MEMÓRIAS	
<i>Loque Arcanjo Júnior</i> <i>André Luiz Rocha Mattos Caviola</i>	
CAPÍTULO 3	28
A UFBA NA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO: UMA TRAJETÓRIA PIONEIRA NA PESQUISA E NA FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL PARA A RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS.	
<i>Renata Lucena Gribel</i>	
CAPÍTULO 4	40
A CIDADE FICOU VELHA? ENTRE POLÍTICA PATRIMONIAL E A PERCEPÇÃO DE PATRIMÔNIO DOS MORADORES DO BAIRRO DA CIDADE VELHA, BELÉM, PARÁ	
<i>Sabrina Campos Costa</i> <i>Edgar Monteiro Chagas Junior</i>	
CAPÍTULO 5	52
REFLEXÕES E POSSIBILIDADES ACERCA DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO CONTEXTO DE UM ARRAIAL DE MINERAÇÃO DO SÉCULO XVIII	
<i>Lucas de Paula Souza Troncoso</i>	
CAPÍTULO 6	68
A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE RISCOS PARA MUSEUS LOCALIZADOS EM ÁREAS REMOTAS	
<i>Micheli Martins Afonso</i> <i>Karen Velleda Caldas</i> <i>Juliane Conceição Primon Serres</i>	
CAPÍTULO 7	77
O IMPACTO DAS INUNDAÇÕES SOBRE ALVENARIAS HISTÓRICAS EM TIJOLO CERÂMICO: A DESTRUIÇÃO GRADATIVA DO SÍTIO HISTÓRICO DE SANTA LEOPOLDINA [ES]	
<i>Luciana da Silva Florenzano</i> <i>Renata Hermann de Almeida</i>	
CAPÍTULO 8	93
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DE BIOTÉCNICAS NA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ENCOSTAS NOS QUINTAIS DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA	
<i>Clodomir Barros Pereira Junior</i> <i>André Cardim Aguiar</i>	

CAPÍTULO 9	109
JARDINS DE BURLE MARX: UM PATRIMÔNIO PAISAGÍSTICO MODERNO A SER PRESERVADO NA CIDADE DE TERESINA/PI	
<i>Emanuelle de Aragão Arrais</i> <i>Ana Virgínia Alvarenga Andrade</i> <i>Ana Cristina Claudino de Melo</i>	
CAPÍTULO 10	119
O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL BRASILEIRO: REFLEXÕES À MEMÓRIA E HISTÓRIA DO SÉCULO XX	
<i>Ronaldo André Rodrigues da Silva</i>	
CAPÍTULO 11	135
FORTIFICAÇÃO E HUMANIDADE	
<i>Marcos Antonio Gomes de Mattos de Albuquerque</i> <i>Veleda Christina Lucena de Albuquerque</i>	
CAPÍTULO 12	148
ENTRE A HISTÓRIA E O PATRIMÔNIO CULTURAL: O PAPEL DO RECONSTRUIR SIMBÓLICO DA FEIRA DE SÃO CRISTÓVÃO	
<i>Elis Regina Barbosa Angelo</i>	
CAPÍTULO 13	160
A ROTA PATRIMONIAL COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO: PROPOSTA EM CONCEIÇÃO DA BARRA/ES	
<i>Maísa Fávero Costa</i>	
CAPÍTULO 14	173
PAISAGENS DA MEMÓRIA: INFORMAR PARA PRESERVAR	
<i>Paulo José Lisboa Nobre</i> <i>Isaías da Silva Ribeiro</i>	
CAPÍTULO 15	187
A LEGITIMAÇÃO DA HISTÓRIA DA ARTE POR MEIO DA PINTURA MURAL	
<i>Larissa Gabe</i> <i>Mariela Camargo Masutti</i> <i>Maria Aparecida Santana Camargo</i>	
CAPÍTULO 16	198
A COR NAS SUPERFÍCIES ARQUITETÔNICAS PATRIMONIAIS: O CASO DA IGREJA DE N. S ^ª DA CONCEIÇÃO DOS PARDOS DE LARANJEIRAS SE/BR	
<i>Eder Donizeti da Silva</i> <i>Adriana Dantas Nogueira</i>	

CAPÍTULO 17	214
ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DO CONFORTO E FUNCIONALIDADE DAS EDIFICAÇÕES MODERNISTAS DE FORTALEZA	
<i>Rebecca Campos Leite Alencar</i>	
<i>Isabelle Mendonça de Carvalho</i>	
<i>Thaís Rebouças Vidal</i>	
<i>Amando Candeira Costa Filho</i>	
CAPÍTULO 18	225
A RECONSTRUÇÃO E SUA EVOLUÇÃO NO MEIO PATRIMONIAL: DAS RUÍNAS AO MUSEU DE VARSÓVIA	
<i>Daniel de Almeida Moratori</i>	
CAPÍTULO 19	240
REFLEXÃO SOBRE A PRODUÇÃO ARQUITETÔNICA EM OURO PRETO DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX AO INÍCIO DO XX: RECONHECIMENTO E PRESERVAÇÃO	
<i>Patrícia Thomé Junqueira Schettino</i>	
<i>Fernanda Alves de Brito Bueno</i>	
SOBRE A ORGANIZADORA	258

OLHARES SOBRE O BAIRRO LAGOINHA: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, IMAGENS COTIDIANO E MEMÓRIAS

Loque Arcanjo Júnior

Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH)

Belo Horizonte- Minas Gerais

André Luiz Rocha Mattos Caviola

Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH)

Belo Horizonte- Minas Gerais

RESUMO: O artigo consiste numa reflexão que possui como eixo o estudo as complexas relações entre o regime de sensibilidade contemporâneo, a fotografia e a educação patrimonial. Em diálogo com outras fontes, tais como, fontes orais, periódicos, e outras construções da memória, a produção de diferentes significados apresentados pelas imagens fotográficas e sua circulação se apresentam como exercícios de interpretação do patrimônio. Juntamente com a pesquisa bibliográfica e documental, a partir do uso da fotografia, pretende-se apresentar uma perspectiva pedagógica como instrumento de educação patrimonial. Além de se apresentar as experiências pedagógicas desenvolvidas ao longo da pesquisa, o texto pretende valorizar a produção estética e científica daqueles envolvidos no trabalho na busca por diferentes significados e formas de apropriação do espaço urbano, com o objetivo de debater sobre o direito à cidade na contemporaneidade a partir do estudo da história do bairro Lagoinha localizado na cidade de Belo Horizonte.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Patrimônio; Cidade.

ABSTRACT: The article consists of a reflection that has as its axis the study the complex relations between the regime of contemporary sensibility, photography and patrimonial education. In dialogue with other sources, such as oral sources, periodicals, and other constructions of memory, the production of different meanings presented by the photographic images and their circulation are presented as exercises of interpretation of the patrimony. Together with bibliographical and documentary research, from the use of photography, we intend to present a pedagogical perspective as an instrument of heritage education. In addition to presenting the pedagogical experiences developed throughout the research, the text intends to value the aesthetic and scientific production of those involved in the work in the search for different meanings and forms of appropriation of urban space, with the objective of discussing the right to the city in the contemporaneity from the study of the history of Lagoinha neighborhood located in the city of Belo Horizonte.

PALAVRAS-CHAVE: Education; Patrimony; City.

O BAIRRO LAGOINHA ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE

Na década de 1990 marcou a intensificação da produção acadêmica e historiográfica sobre Belo Horizonte caracterizada pela reflexão crítica sobre os impactos da modernidade na cidade. Nestes trabalhos, destacam-se as relações contraditórias entre os processos de modernização da cidade e a sociedade belo-horizontina. É muito significativo notar nestas produções o relativo destaque dado às formas de resistência e à permanência de uma rica cultura presente nas práticas culturais e modos de vida da população que carrega, até os dias atuais, diversos simbolismos que marcam as identidades. Planejada por engenheiros e técnicos, a cidade de Belo Horizonte foi inicialmente formada por áreas distintas – urbana, suburbana e rural, e abrigou uma grande quantidade de migrantes e imigrantes. Estes, em sua maior parte, foram para as áreas suburbanas, entre as quais podemos destacar o bairro Lagoinha.

Este bairro tradicional da cidade se desenvolveu fora do alcance das políticas públicas mais verticalizadas, até a década de 1950. Entre os anos de 1960 e 1990, o crescimento urbano resultou em diversos projetos patrocinados pelas autoridades públicas que impactaram de forma negativa sobre o patrimônio e a cultura local. Apesar de diversas intervenções urbanas, em meio a um crescimento desordenado durante décadas, a comunidade local permanece e mantém seus costumes, referências culturais e formas tradicionais de associação no contexto da cidade, como parte da dinâmica cultural e da resistência de a uma posição social marginalizada. A boemia, por exemplo, é um dos elementos desta tradição destacado pela historiografia como representação desta intensa vida social que marcou a vida social e que se mostra presente na memória coletiva nos dias atuais.

Destaca-se a presença desta intensa vida social no bairro Lagoinha por este ter sido, “desde o início, um bairro boêmio, de tradição musical, sobretudo do samba, e da prostituição no espaço da cidade.” (Freire, 2009, p. 14). Por este motivo, de acordo com a autora, o bairro foi comparado por vezes com a Lapa, no Rio de Janeiro. Para ela, os anos 1950 foram caracterizados pela boemia e pela centralidade atribuída à Praça Vaz de Melo, demolida em 1981 para a construção do complexo viário da Avenida Antônio Carlos que tinha como objetivo as melhorias no trânsito. Como símbolo do bairro, esta demolição causou indignação de muitos intelectuais, pesquisadores, mas fundamentalmente de moradores mais antigos. Esta modernização dialoga com a necessidade higienista de “limpar” a cidade e trazer mais conforto para a população, pois a violência e outros fatores negativos eram recorrentemente atribuídos ao bairro: o Lagoinha traz a marca de um bairro caracterizado como de área em “decadência”, portanto, perigosa e desvalorizada. Além disso, a presença da Pedreira Prado Lopes e Vila Senhor dos Passos fizeram do bairro a imagem da violência e do descaso (Freire, 2009).

Por um lado, de acordo com Freire (2009), a abertura das avenidas D. Pedro II e Antônio Carlos e a construção dos elevados colocaram o bairro numa condição de

isolamento que reforçaram o cenário de abandono que já vinha desde sua fundação como um local marcado pela violência urbana e pela exclusão. Desde o início da construção do Túnel da Lagoinha a partir de 1968 aos dias atuais, em especial após reformas urbanas de 1981;1994-1996 e 2004, assiste-se, de acordo com a autora, a redução dos espaços de sociabilidade e, por conseguinte, uma crise de identidade entre os moradores e a população de modo geral.

Por outro lado, o que se percebe que a Lagoinha é um bairro rico em produções simbólicas por parte de seus moradores e não moradores. Desta forma, torna-se necessário mapear as diferentes representações construídas acerca do bairro que por muitas vezes podem se apresentar contraditórias em relação à “realidade”, mas que a partir de sua valorização, ajudam a compreender como os sujeitos constroem um imaginário sobre a Lagoinha e sobre sua própria existência.

Dentro deste cenário de degradação e abandono sob o qual se apresenta historiograficamente, o bairro Lagoinha, podemos identificar a importância dos diversos instrumentos de conservação do patrimônio que são considerados como fundamentais para este exercício político e identitário, tais como os inventários e dossiês de tombamento, instrumentos tradicionais do campo de preservação do patrimônio que bem explorados, metodologicamente, poderiam ultrapassar a função original de produzir registros de bens a serem protegidos e buscar um “diagnóstico interdisciplinar que forneça bases mais segura de dados bem como metodológicas de análise e interpretação para a ação e execução de políticas governamentais mais consistentes (...)”, (Castriota, 2009, p.190).

Diferentemente da perspectiva tradicional de inventário, com raiz na década de 1930 no contexto de criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Artístico Nacional) que entendia os conjuntos urbanos e a cidade como “expressão estética visualizados de acordo com os “critérios estilísticos”, valorizando os “monumentos arquitetônicos”, o final dos anos 1960 aponta para outra perspectiva em relação ao conceito de inventário. Começa a despontar o conceito de “sítio urbano” que vem substituir a noção de “cidade monumento” (Castriota, 2009, p.190).

No Brasil, esta mudança vem acompanhada de uma relativa descentralização das políticas de patrimônio com a realização de importantes inventários em nível estadual, como o do Estado da Bahia e o IPAC-MG. Sobre o IPAC (Inventário de Proteção do Acervo Cultural), iniciado em 1984, Castriota afirma que, “se a partir do texto de apresentação já se pode notar que o IPAC-MG parte da concepção ampliada de patrimônio e procura evitar a “discriminação monumental”, é interessante notar ainda a permanência da perspectiva tradicional de que é preciso inventariar para proteger, ato que ainda é visto como sinônimo de tomar”. Desta forma, “no que se refere aos bens culturais urbanos o IPAC-MG funciona como uma catalogação de bens culturais notáveis”, (Castriota, 2009, p. 192-193).

A partir de 1993, dentro das diferentes experiências de valorização do patrimônio no contexto de ampliação do Complexo viário da Lagoinha a partir de 1994, o Inventário

de Patrimônio Urbano e Cultural de Belo Horizonte, realizado pela Prefeitura de Belo Horizonte, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais foi uma iniciativa que tentou se adaptar à necessidade de ampliação da noção de patrimônio, a partir da ampliação do conceito de cultura e da documentação mais abrangente na busca por uma integração maior com a política urbana geral do município. Este registro do patrimônio urbano e cultural, pensado de forma mais ampliada, tinha como objetivo servir de base para um planejamento mais cuidadoso que deve levar em conta as diferentes identidades nos seus diversos aspectos: econômicos, sociológicos, arquitetônicos, históricos.

Ao analisar o lugar da Lagoinha no contexto do Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural de Belo Horizonte desenvolvido a partir de 1993, Castriota afirma que “esta realidade multifacetada foi captada pelo inventário que mapeou não apenas a arquitetura e a conformação urbana local, mas traçou um detalhado retrato sócio-cultural do bairro (...) com o objetivo de não apenas realizar a obra viária, mas desencadear a reabilitação da área”, (Castriota, 2009, p. 195).

Este plano, denominado “Projeto Lagoinha”, trazia alguns fundamentos norteadores: o caráter participativo, processual e o sentido de preservação das identidades locais. Dentro da perspectiva metodológica da reabilitação integrada, o projeto agrupava quatro programas: requalificação ambiental, revitalização econômica, revitalização cultural e desenvolvimento urbano e social. Entre os anos de 1995 e 1996, diversas ações desenvolvidas pelo Projeto Lagoinha pareciam oferecer uma alternativa ao tombamento pois no final de 1996 os resultados do projeto começavam a surgir (dentre eles a (re)construção de um espaço de comércio, lazer e cultura - o Mercado da Lagoinha), e fundamentalmente a adesão por parte da população, além de uma importante visibilidade na mídia e fóruns de discussão.

Como ocorre com diversos projetos, os contextos de mudança de governo e, por consequência, da gestão pública, após as eleições de 1996, apesar da equipe técnica apresentar uma proposta de continuidade das ações a médio prazo e apesar de longas negociações, como afirma Castriota, o Projeto Lagoinha foi interrompido sendo mais uma “vítima da descontinuidade administrativa que caracteriza a gestão pública brasileira (...) a consequente desarticulação da estratégia integrada adotada provocaram uma série de impasses no que se refere à preservação do patrimônio daquela região de Belo Horizonte, que permanece até os dias atuais” (Castriota, 2009, p. 256-257).

EDUCAÇÃO, PATRIMÔNIO E FOTOGRAFIA: INTERPRETAÇÃO E SENSIBILIDADE

No contexto das políticas de preservação estão em jogo também a construção de diferentes perspectivas para as relações entre Educação e Patrimônio, perspectivas que abrem outras possibilidades para a conservação da memória. Desde os anos

1920, no contexto do modernismo, quando determinados bens culturais estavam voltados para a preservação de uma memória nacional, Mário de Andrade apontava para a necessidade de preservação da memória da nação. Neste sentido, as relações entre Educação e Patrimônio já se encontram implícitas na matriz da constituição das políticas de patrimônio deste o início do século no Brasil, pois a questão da educação sempre esteve ligada à preocupação com a preservação e conservação de bens culturais desde este contexto de construção da identidade nacional.

Porém, apesar destas matrizes se constituírem nos anos 1920 e 1930, de acordo com Pereira e Oriá (2012), a difusão do conceito de educação patrimonial tem como marco o trabalho e as experiências de Maria de Lourdes Horta, em meados dos anos 1980, a partir dos trabalhos desenvolvidos no Museu Imperial. Para esses autores, apesar da importância de seu trabalho, a contribuição de Horta consiste numa proposta voltada para o objeto de educação museal, além de focar na manutenção e conservação apenas dos bens de natureza material e se tratar de uma perspectiva instrumental na busca pela manutenção de uma memória nacional. Instrumentalidade esta que perde a dimensão de atores, dos sujeitos do processo de aprendizagem enquanto sujeitos históricos.

Estas mudanças nas relações entre educação e patrimônio estão ligadas às transformações no campo da História enquanto campo do conhecimento. Maria Izilda de Matos, ao pensar as relações entre historiografia e cidade, aponta o estudo do cotidiano como um destes elementos que emergem como objetos de pesquisas. Os estudos sobre cidade se alteram: da cidade como “palco” de uma história a ser narrada, as perspectivas mais recentes passaram a apresentar a cidade como “espaço de memória” (Matos, 2002, p. 14). Neste mesmo sentido, para Freire, “entender como uma cidade se imagina é importante para percebermos a maneira como ela determina os seus bairros e, por conseguinte, como os bairros se formam e vivenciam o seu cotidiano enquanto peça de um conjunto que é a cidade. Este pode ser um valioso ponto de partida”. (Freire, 2009, p. 17).

Com as transformações sociais e identitárias dos anos 1990, percebe-se uma mudança de paradigma no que diz respeito às relações entre educação e patrimônio.

A ampliação do conceito de Patrimônio Cultural e os novos paradigmas de preservação da memória acarretaram repercussão no mundo da educação. Na verdade, a admissão das dimensões imateriais do Patrimônio Cultural altera as práticas educativas fundamentalmente porque admite um universo ampliado de bens como participantes dos gestos de referência patrimonial, com foco nas relações intersubjetivas mediadas pelas noções afetadas ao patrimônio. Não se trata apenas ou simplesmente de uma ampliação de bens de patrimônio, mas de uma mudança de concepção. A noção de patrimônio imaterial requer a consciência do que mais do que preservar um objeto como testemunho de um processo histórico, é necessário valorizar os saberes que o produz, permitindo a vivência de tradições, saberes, saber-fazer, conhecimentos, celebrações, práticas, sonoridades etc., no tempo presente. As concepções que orientam os registros de patrimônio imaterial requerem reorientação dos processos educativos para percepção do patrimônio como vivente na vida em curso. (Pereira e Oriá, 2012, p. 168).

Para Figueiredo (2002), a educação patrimonial, por estar em diálogo com uma pluralidade cultural pode ser definida como um tema transversal, uma vez que possui o objetivo de ensino, aprendizagem e transformação social. Fazendo com que os alunos enxerguem através de várias abordagens a importância do patrimônio e suas práticas de valorização.

Pereira e Oriá (2012) destacam a necessidade de ampliação das “dimensões sensíveis na abordagem educativa, com inclusão de percepções, sensações, e a capacidade imaginativa dos sujeitos na produção da cultura”. No contexto atual, os processos educativos estão diretamente ligados às transformações da Educação, mas também do Patrimônio Cultural. Estes movimentos contemporâneos em curso nos processos educativos parecem-nos tributários das transformações advindas tanto da Educação quanto do Patrimônio Cultural. Estas mudanças tornam-se também desafios teórico-metodológicos para pensarmos a pesquisa no campo da Educação Patrimonial

Dentre estas questões, o trato com as tecnologias é um dos temas que vem recentemente sendo discutidos com muita frequência, pois o uso destas não está ligados apenas a renovação de recursos técnicos, mas se apresentam como instrumentos de interpretação das subjetividades relacionadas a apropriação e interpretação do patrimônio: tema caro à Educação Patrimonial.

A tecnologia, para Benjamim (1996), transformou a experiência humana e que nem por isto não consistiu no outono da experiência estética. Neste sentido, a palavra estética que deriva do grego *aisthesis* significa ‘aquilo que é sensível e deriva dos sentidos, toma, no artigo de Benjamim seu sentido original. A “Era da reprodutibilidade” trouxe consigo outra cultura estética, uma outra noção de experiência estética e não o fim do belo como preconizavam os românticos.

Em outro artigo intitulado *Pequena História da Fotografia*, Benjamin (1996) demonstra como a imagem reproduzida pela máquina fotográfica ao invés de reduzir a arte à reprodução da realidade, amplia as possibilidades “do olhar sobre o real”. Neste sentido, a fotografia cria um novo olhar sobre o mundo e, desta forma, traz uma outra sensibilidade, uma outra *aisthesis* uma outra percepção do sensível na contemporaneidade.

Para Rancière, para que as artes mecânicas tal como a fotografia e o cinema possam dar visibilidade aos anônimos, às massas, estas devem ser praticadas e reconhecidas como outra coisa que não técnicas de reprodução e difusão. “Porque o anônimo tornou-se um tema artístico sua gravação pode ser uma arte” (Rancière, 2005, p.46). Para o autor, “não foram o cinema e a fotografia que determinaram os temas e os movimentos de focalização da nova história. São a nova ciência histórica e as artes da reprodução mecânica que se inscrevem na mesma lógica da revolução mecânica” (Rancière, 2005, p.49).

O projeto *Olhares sobre o Bairro Lagoinha* tem como área prioritária de estudo a Educação Patrimonial e sua interface com as tecnologias caminham nesta direção e se identifica diretamente com o grupo de pesquisa *Educomunicação: Mídia, Educação*

e *Organizações*, em especial com a linha de pesquisa Educação, Mídias e Cidade. Este grupo de pesquisa vinculado ao Centro Universitário de Belo Horizonte tem como proposta a discussão na interface dos processos de formação refletidos nos espaços urbanos, pelo viés do uso das mídias, em cuja perspectiva se constrói atividades educativas de trabalho crítico, que se desenvolvem no espaço de leituras sociais, feitas a partir de produtos e processos midiáticos.

O Grupo tem como objetivo desenvolver pesquisas sobre a inter-relação Comunicação/Educação também no âmbito de instituições, organizações e sujeitos, que tenham a formação e a transformação pelo conhecimento como constitutivas de determinadas atividades e interações sociais. O Grupo busca compreender o potencial, meios, usos e técnicas da Educomunicação no envolvimento com o sujeito social, focando principalmente nas organizações, corporações e instituições, a fim de verificar o que pode resultar na melhor utilização de tais ferramentas, assim como dos dispositivos da Comunicação.

Com o objetivo de estabelecer um diálogo entre os alunos do curso de História do Instituto de Educação do Centro Universitário de Belo Horizonte (IED - UniBH) e a comunidade do bairro Lagoinha, o projeto *Olhares Sobre o Bairro Lagoinha: educação patrimonial, imagens, cotidiano e memórias* foi estabelecido de acordo com os seguintes critérios: a) participação direta dos alunos; b) leitura da bibliografia referente à historiografia sobre o bairro c) encontros para discussões, elaboração de pesquisa de campo e estudos bibliográficos sobre os seguintes temas: Educação e Patrimônio; fotografia como fonte/objeto de pesquisa; metodologias de pesquisa d) História da História do Patrimônio do Bairro Lagoinha; e) trabalho de campo.

Dessa forma, o campus UniBH/Antônio Carlos está localizado nas proximidades do complexo da Lagoinha, ele está do outro lado da Av. Antônio Carlos, e sofreu ao longo dos anos os impactos das transformações urbanas apresentadas anteriormente. Como etapa inicial do projeto, a visita que ocorreu no dia 20 de outubro de 2015 consistiu numa caminhada pela Rua Itapecerica e envolveu o grupo de alunos de graduação em História do UniBH, composto por cerca de quinze alunos voluntários do projeto com o objetivo de desenvolver uma observação crítica do espaço urbano do bairro.

Dentro da primeira fase programada para o desenvolvimento do projeto, ocorreu, ainda no mês de novembro de 2015, outra visita realizada juntamente com os alunos integrantes do projeto com o objetivo de fotografarem e registrarem as impressões: o cotidiano do bairro, seus moradores e passantes. Como desmembramento desta visita, uma exposição fotográfica e uma apresentação para a comunidade do que seria o projeto foi realizada no Mercado Popular da Lagoinha, simultânea a outras atividades que estavam ocorrendo no mesmo dia e local.

Retomando a perspectiva de Rancière (2005), a fotografia apresentada no contexto deste trabalho trouxe a dimensão sensível do patrimônio no exercício de educação/interpretação do patrimônio, compreendendo-se este sensível em sua

estreita vinculação com a política. Durante as atividades, o próprio cotidiano do bairro e suas contradições foram expondo-se para nós observadores. As pessoas à espera do sinal abrir, o pedinte com a mão estendida aguardando seu trocado, o lavador de carro a disparar água no automóvel, o artista apropriando-se do concreto para fazer sua arte, a dona de casa com sacolas cheias de verduras a subir ladeiras ou as crianças com suas travessuras de apertar campainhas alheias. Todos protagonistas e coadjuvantes de seu próprio meio, que contribuem para a própria existência do bairro e da topografia urbana nele existente. Emergiram deste trabalho diversos lugares, estruturas arquitetônicas, saberes e ofícios dentre outras categorias nas quais se colocaram as diferentes percepções construídas pelos olhares dos alunos envolvidos no projeto.

Como resultado dessa experiência, com as fotografias registradas pelos alunos, foi realizada uma seleção para a exposição que viria a acontecer no dia 29 de novembro de 2015, no Mercado da Lagoinha. No dia da exposição, o Mercado Popular da Lagoinha, espaço que carrega uma carga simbólica importante para a comunidade, estava comemorando a própria existência e resistência do bairro frente ao tempo e as transformações nele impostas. Símbolos que compõem o imaginário do bairro eram valorizados, como, por exemplo, as rodas de choro e de samba, e alguns líderes da comunidade homenageados dentro do Evento intitulado *Mostram de Samba da Lagoinha*. Para contribuir com este cenário, oficinas voltadas para o público infantil estavam sendo realizadas, até como forma de inserção e perpetuação dessa nova geração de moradores na história do bairro.

É importante destacar que o Mercado, dentro da proposta do “Projeto Lagoinha” desenvolvida entre os anos de 1993 e 1994, “foi recuperado com a intenção de atender às necessidades culturais e de lazer da comunidade”, a partir de “estudos minuciosos junto à população local (...) recuperando-se desta forma, o caráter originário da ideia de mercado” (Castriota, 2009, p. 251). Portanto, a escolha desta parceria estava diretamente ligada ao fato deste ser um espaço simbólico importante para a comunidade que recebeu o projeto e interagiu com a exposição das fotografias produzidas pelos alunos do curso de História do UNIBH participantes do projeto.

Pessoas que haviam ido ao Mercado participar das solenidades programadas, a partir das fotografias, expressavam diferentes olhares sobre a memória: lembravam acontecimentos, lançavam comentários e dialogavam com as imagens e com a sua própria história. Outra oportunidade que foi oferecida durante este dia, consistiu numa apresentação oral dos alunos envolvidos no projeto, durante o intervalo entre a roda de samba e a entrega dos troféus simbólicos homenageando alguns presentes e os grupos de samba do bairro.

Durante a apresentação, outros objetivos do projeto voltados para a valorização do patrimônio foram expostos: criação de um banco de dados de entrevistas orais e a realização de oficinas de educação patrimonial nas escolas. Os ouvintes receberam as propostas com receptividade e expectativa. Pois, se desde a sua criação, o Lagoinha

já demonstrava certo isolamento e caracterização de bairro operário, este panorama só agravou-se com o passar dos anos e com as transformações por ele submetidas.

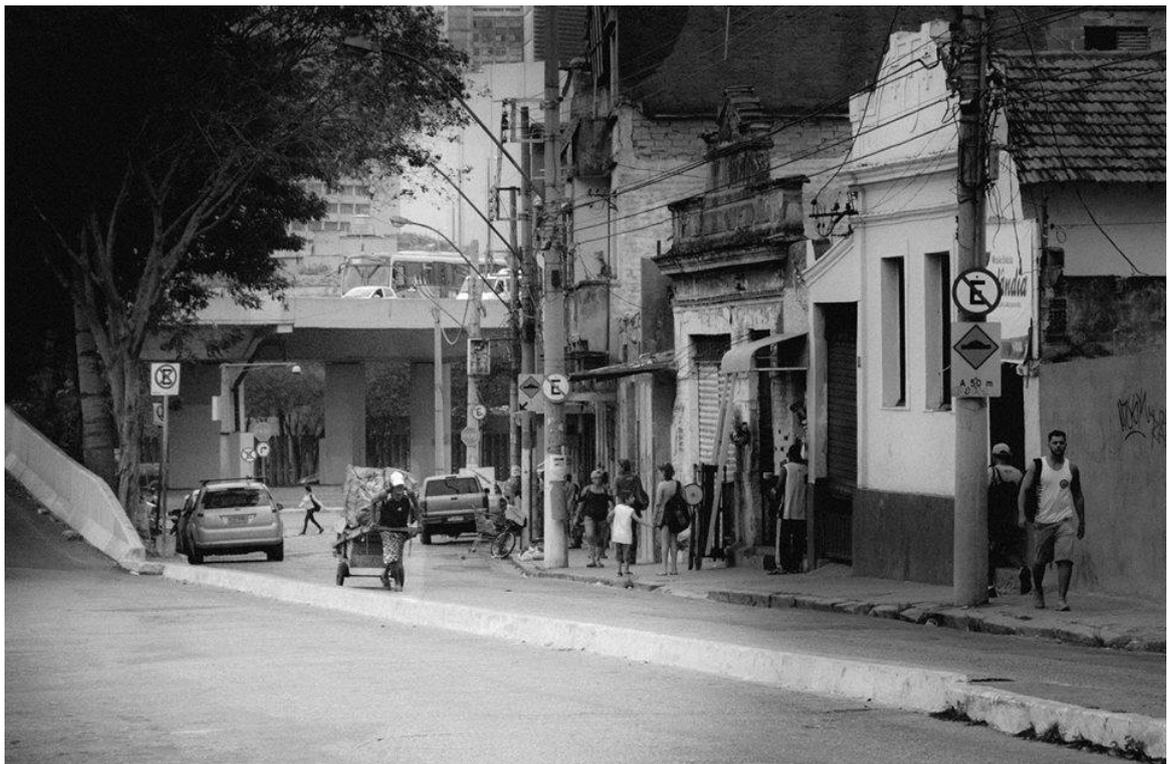
As fotografias se apresentaram como exercício de interpretação do patrimônio que traziam por meio do que Rancière denomina de “inconsciente estético” as problematizações apresentadas durante as leituras e encontros do grupo. Na (Fotografia 1), poderíamos identificar apenas um totem urbano informativo. Porém, o ângulo escolhido e a composição da fotografia demonstram a intencionalidade do olhar do aluno que na busca pela “monumentalização” dos diferentes lugares de memória do bairro apresentou o nome deste a partir de um olhar sobre o totem que colocou o nome Lagoinha em evidência.

A região da Rua Itapecerica, conhecida pelo seu tradicional comércio de móveis, sofreu diversas intervenções. Dentre estas a construção da alça do viaduto interligando o centro com a Avenida Pedro II causou um forte impacto em uma das principais atividades comerciais do bairro. Para esta intervenção, o extremo do lado esquerdo da rua que termina na Avenida Antônio Carlos foi demolido para ceder espaço ao viaduto. Na (Fotografia 2), nota-se a ênfase dada pelo aluno a este local. À esquerda observa-se a alça do referido viaduto e à direita as portas dos antigos comércios fechadas, num ambiente degradado que se tornou um lugar de passagem para os transeuntes em direção à passarela que dá acesso ao centro da cidade.

A Rua Além Paraíba (Fotografia 3), a Igreja Nossa Senhora da Conceição bem como o Mercado da Lagoinha foram destacados pelo olhar dos alunos do projeto que por meio das fotografias construíram um “mapa de percepção” do espaço urbano. Porém este olhar levou em conta também os elementos do cotidiano. Na (Fotografia 4), observa-se três planos: o cenário de abandono e de retração do comércio representado pelo muro de concreto construído em frente à porta fechada de um estabelecimento comercial (representa a retração do comércio na Rua Itapecerica); as inscrições representadas por cupcakes grafitados pela artista Maria Raquel Alves Couto Ramiro neste mesmo muro erguido em frente a referida porta e em primeiro plano, um grupo de alunos da Escola Silvano Brandão explicitando como o cotidiano do bairro resiste ao tempo e às mudanças históricas e à degradação.



FOTOGRAFIA 1



FOTOGRAFIA 2



FOTOGRAFIA 3



FOTOGRAFIA 4

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política**. SP: Ed. Brasiliense, 1996.
- CARDOSO, Ciro F.; MAUAD, Ana M.^a História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. (orgs). **Domínios da História: ensaio de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, 401- 417p.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. SP: Annablume, Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa, Difel. 1990.
- FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. Patrimônio Histórico e Cultural: um novo campo de ação para os professores. In: GRUPO Gestor do Projeto de Educação Patrimonial. **Reflexões e contribuições para a Educação Patrimonial**. Belo horizonte: SEE/MG (Lições de Minas. 23), 2002.
- JULIÃO, Leticia. Itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliana de Freitas. **BH: horizontes históricos**. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.
- PEREIRA, Júnia Sales; ORIÁ, Ricardo. **Desafios teórico-metodológicos da relação Educação e Patrimônio**. Resgate- vol. XX, Nº 23 - jan./jun. 2012 - - p. 161-171.
- RANCIÈRE, Jacques; **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: EXO experimental org.: Ed. 34; Editora 34, 2005.
- RANCIERE, J. **O Inconsciente estético**. São Paulo: Editora 34, 2010.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-38-3

